

# Advocacia e lavagem de dinheiro: navegando em águas turbulentas

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 12, 2024



## Introdução

A relação entre as atividades típicas da advocacia e o delito de lavagem de dinheiro é um tema que suscita debates acalorados no meio jurídico. Afinal, onde traçar a linha que separa a legítima defesa dos interesses do cliente e a participação, ainda que involuntária, em esquemas de branqueamento de capitais?

## O advogado como “gatekeeper” e os riscos da profissão

O advogado, no exercício da sua profissão, pode atuar como um “gatekeeper”, ou seja, um agente que tem o potencial de prevenir ou facilitar a lavagem de dinheiro. A preocupação relativa ao uso dos serviços advocatícios como meio para prática desse crime levou o GAFI (Grupo de Ação Financeira) a emitir a Recomendação nº 23, que trata das medidas que os profissionais do Direito devem adotar para evitar o envolvimento em esquemas de branqueamento de capitais ([fonte](#)).

# A questão polêmica dos honorários advocatícios

Um dos pontos mais sensíveis nessa discussão é o recebimento de honorários por serviços advocatícios prestados. Afinal, a cobrança de honorários segundo práticas habituais jamais poderá imputar ao advogado a responsabilidade penal da lavagem de dinheiro ([fonte](#)). No entanto, a questão que deverá ser discutida diz respeito à participação do advogado no delito de lavagem de dinheiro, como se o advogado “desse um verniz de legalidade” aos bens provenientes de uma infração penal ([fonte](#)).

## O papel do advogado na defesa do cliente

No caso de lavagem de dinheiro, o advogado deve estar atento à denúncia apresentada pelo Ministério Público. Esta denúncia deve englobar dois pontos cruciais: a materialidade do crime precedente e os indícios de autoria do crime. Caso contrário, a defesa do advogado deverá alegar inépcia da denúncia por falta de justa causa em um dos crimes ([fonte](#)).

## Considerações finais

A relação entre a advocacia e o delito de lavagem de dinheiro é um tema que exige reflexão séria e cuidadosa. O novo cenário de recomendações internacionais e leis mais duras de combate ao crime de lavagem torna imprescindível que os advogados conheçam seus deveres e responsabilidades ([fonte](#)). Somente assim será possível garantir uma atuação ética e dentro dos limites da lei, contribuindo para a construção de um sistema de justiça mais íntegro e eficiente.

## FAQ sobre Advocacia e Lavagem de Dinheiro

### 1. Qual é a relação entre a advocacia e a lavagem de dinheiro?

A advocacia pode se tornar um campo suscetível à lavagem de

dinheiro, pois advogados têm acesso a informações e recursos que podem ser utilizados para ocultar a origem ilícita de bens. A atuação dos advogados como “gatekeepers” é crucial, pois eles podem ajudar a prevenir ou facilitar a lavagem de dinheiro, dependendo de como conduzem seus serviços.

## **2. O que significa ser um “gatekeeper” na advocacia?**

Um “gatekeeper” é um profissional que possui a responsabilidade de monitorar e controlar o acesso a determinados serviços ou informações. No contexto da advocacia, isso significa que o advogado deve estar atento a possíveis sinais de lavagem de dinheiro e agir de maneira a evitar que seus serviços sejam usados para facilitar atividades ilícitas.

## **3. Quais são as recomendações do GAFI para advogados?**

O Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) emitiu a Recomendação nº 23, que orienta os profissionais do Direito sobre a necessidade de implementar medidas para prevenir o envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro. Isso inclui a realização de due diligence em clientes e a identificação de transações suspeitas.

## **4. Como os advogados podem se proteger de acusações de lavagem de dinheiro?**

Os advogados devem manter registros detalhados de suas interações com os clientes, realizar uma análise cuidadosa das fontes de fundos e garantir que suas práticas de cobrança de honorários estejam em conformidade com a lei. Além disso, é importante que eles estejam cientes das obrigações legais e éticas que regem a sua profissão.

## **5. O recebimento de honorários pode implicar em responsabilidade por lavagem de dinheiro?**

A cobrança de honorários por serviços advocatícios, quando realizada de acordo com as práticas habituais, não deve, em si, implicar a responsabilidade penal do advogado por lavagem de dinheiro. No entanto, se houver indícios de que os

honorários estão relacionados a atividades ilícitas, isso pode levantar suspeitas e exigir investigação.

#### **6. O que os advogados devem fazer ao receber uma denúncia do Ministério Público relacionada a lavagem de dinheiro?**

Os advogados devem estar atentos às denúncias apresentadas pelo Ministério Público, que devem incluir a materialidade do crime e indícios de autoria. Se esses elementos não estiverem presentes, o advogado pode alegar a inépcia da denúncia por falta de justa causa.

#### **7. Quais são as implicações éticas para advogados envolvidos em casos de lavagem de dinheiro?**

Os advogados têm a responsabilidade ética de agir com integridade e transparência. Envolver-se em atividades que facilitem a lavagem de dinheiro pode resultar em sanções disciplinares, perda de licença e danos à reputação profissional.

#### **8. Como a legislação brasileira aborda a lavagem de dinheiro?**

A legislação brasileira, através da Lei nº 9.613/1998 e suas atualizações, estabelece diretrizes para o combate à lavagem de dinheiro, incluindo a definição de crimes relacionados e as responsabilidades dos profissionais que podem ser envolvidos, como advogados.

#### **9. Quais são os desafios enfrentados pelos advogados na prevenção da lavagem de dinheiro?**

Os advogados enfrentam o desafio de equilibrar a defesa dos interesses de seus clientes com a necessidade de cumprir as obrigações legais e éticas. Além disso, a complexidade das transações financeiras e a evolução constante das técnicas de lavagem de dinheiro tornam a prevenção um processo contínuo e desafiador.

#### **10. Onde posso encontrar mais informações sobre a relação entre advocacia e lavagem de dinheiro?**

Para mais informações, você pode consultar publicações

acadêmicas, artigos jurídicos, e diretrizes de organizações como o GAFI. Além disso, sites de instituições que abordam a ética na advocacia e o combate à lavagem de dinheiro oferecem recursos adicionais.